

Para Unicamp, Carta se efetiva com 250 leis

Da Sucursal de Campinas (SP)

A sociedade brasileira terá que se mobilizar e exercer pressão sobre o Congresso Nacional se quiser alcançar os avanços sociais contidos na nova Constituição. Essa foi a conclusão apresentada ontem pelo Núcleo de Estudos Constitucionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), após um estudo que indicou a necessidade da elaboração e aprovação de 250 leis ordinárias e complementares para que a nova Carta possa vigorar plenamente.

Segundo o diretor do núcleo, Osmar Marchese, essa nova etapa de votação de leis será como uma segunda Constituinte. Ele acredita que "se os parlamentares levarem mais dezoito meses, a nova Carta não entrará em vigor antes do século 21". Marchese disse que a

posição do núcleo é de que o Congresso Nacional não deve entrar em recesso este ano, mas permanecer ativo no trabalho de elaboração e votação dessas leis.

Os integrantes do Núcleo de estudos Constitucionais estão elencando 30 leis prioritárias para encaminhar propostas à elaboração das leis complementares. De acordo com Marchese, no dia 6, apenas 30% dos princípios de direitos e deveres estarão vigorando. "É preciso definir rapidamente a legislação que permitirá avanços econômicos".

Na sua opinião, é preciso definir com urgência em quais setores essenciais serão permitidas greves. "Se isso não ocorrer logo, correremos o risco de convulsões sociais no país, uma vez que, enquanto perdurar o governo Sarney, não teremos alterações econômicas significativas".

04 OUT 1988

8861

FÓRUM DE SÃO PAULO